

ACESSIBILIDADE PARA CADEIRANTES NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE TEÓFILO OTONI/MG

ACCESS FOR SEATS IN THE CENTRAL AREA OF THE CITY OF TEÓFILO OTONI/MG

Hyorrann Miranda Teles

Bacharelado em Engenharia Civil, Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni, Brasil. E-mail: hyorrannteles@gmail.com

Pedro Emílio Amador Salomão

Doutor, Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni, Brasil.
E-mail: pedroemilioamador@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise acerca dos diferentes contextos que envolvem a pessoa com Deficiência Física, em especial o cadeirante destacando a sua dificuldade de locomoção na área central de Teófilo Otoni, além de abordar questões relacionadas ao processo de inclusão e promoção da sua acessibilidade de forma igualitária aos demais cidadãos inseridos na sociedade local, colocando em primeiro plano, aspectos de como se caracteriza na atualidade a participação e interação dessas pessoas no contexto social local. A metodologia contemplada para execução desse trabalho foi analítica, onde a base foi a observação dos pontos de acesso para cadeirantes, existentes na cidade, e ainda, a interação dessas pessoas com deficiência nos diferentes espaços. Houve ainda, como fundamentação, a análise de artigos já publicados como; entrevistas com pais de cadeirantes, profissionais da educação e da saúde, profissionais do Serviço Social. Na análise e clarificação do problema foram abordadas as consequências da falta de rampas de acesso dessas pessoas nos diferentes espaços de modo que se pudesse perceber como elas se sentem, as barreiras a elas impostas pela sua limitação e, buscar soluções para que se torne ativo o processo de desenvolvimento da autonomia desses indivíduos, acreditando numa possível inclusão eficaz e cheia de sucesso. O trabalho, também traz aspectos diferentes e reais sobre a prestação de serviços essenciais à acessibilidade dessas pessoas nos diferentes contextos urbanos.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Trabalho.

Abstract

The present work presents an analysis about the different contexts that involve the person with Physical Disability, in particular the wheelchair user highlighting their difficulty of locomotion in the central area of Teófilo Otoni, besides addressing issues related to the process of inclusion and promotion of their accessibility. to the other citizens inserted in the local society, placing in the

forefront aspects of how the participation and interaction of these people in the local social context is characterized today. The methodology contemplated to perform this work was analytical, where the basis was the observation of access points for wheelchair users, existing in the city, and also the interaction of these people with disabilities in different spaces. There was also, as a basis, the analysis of articles already published as; interviews with parents of wheelchair users, education and health professionals, Social Work professionals. In the analysis and clarification of the problem the consequences of the lack of access ramps of these people in the different spaces were approached so that one could perceive how they feel, the barriers imposed by their limitation, and seek solutions so that the the autonomy of these individuals, believing in a possible effective and successful inclusion. The work also brings different and real aspects about the provision of services essential to the accessibility of these people in different urban contexts.

Keywords: Inclusion; accessibility; Job.

1. Introdução

Durante a elaboração desse trabalho foi colocado como principal enfoque o tema da inclusão da pessoa com deficiência, principalmente os cadeirantes com sua dificuldade de acesso aos vários espaços e segmentos sociais. Sendo assim, fez-se a necessidade de um aprofundamento maior nesse assunto para que se tornasse possível a elaboração de um trabalho final com uma maior propriedade acerca do tema.

Inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em prol do direito de todas as pessoas de estarem juntas, aprendendo, participando, sem nenhum tipo de discriminação. Ela está embasada na concepção dos direitos humanos, na nossa constituição federal, que sistematiza à ideia de equidade ao formalizar e oferecer subsídios para que aconteça a inclusão nos diferentes segmentos da sociedade.

Este trabalho tem como principal objetivo a compreensão de como se dá a promoção da acessibilidade das pessoas em cadeiras de rodas aos diferentes espaços pelas políticas sociais, e assim sendo, será abordado aqui, um tema que discorrerá sobre formas de inclusão, assunto que atualmente se tornou centro de muitas discussões no seio da sociedade, principalmente quando a abordagem gira em torno das relações que envolvem os cadeirantes com o mundo que os rodeia e que na maioria das vezes traz inúmeros obstáculos a serem superados.

Nesse contexto, o empenho do profissional da engenharia civil em fazer com que a inclusão aconteça de forma abrangente tem se apresentado como fator de extrema importância, pois cada vez mais observa-se a preocupação e o compromisso de tais profissionais em fazer com que acessibilidade dessas pessoas aos diferentes lugares não se torne um desafio diário, mas sim uma rotina comum desprovida de obstáculos que até então são rotineiros no cotidiano.

A inclusão é um tema que engloba todos os segmentos sociais, onde cada um tem sua parcela de responsabilidades. Mas, numa visão preliminar, observa-se que cabe aos órgãos Federal, Estadual e Municipal que são responsáveis em desenvolver as questões sociais, cabe a maior parte de promover essa inclusão, pois é a ele que cabe o papel de elaborar leis e políticas que atendam esse aspecto que envolve as pessoas portadoras de necessidades especiais. Mas também, uma fração dessa responsabilidade corresponde à atuação da Iniciativa social, através ações realizadas por Particulares e das parcerias, considerando que as dificuldades encontradas pelos segmentos governamentais acabam interferindo em questões sociais se tornando entraves na resolução de problemas e promoção da inclusão social.

O presente trabalho tem como base observar e analisar o contexto onde estão inseridas portadoras de necessidades especiais, seu comportamento e as possíveis dificuldades encontradas durante a sua interação com as demais pessoas e inserção nos diferentes espaços, destacando quais as formas de inclusão e como são as perspectivas dessas no sentido de se tornarem cidadãos capazes de acessar os diferentes contextos e espaços que os propicie transformar o mundo, diversificar seu conhecimento e sua visão sobre tudo o que o cerca.

“o termo deficiência tem sido utilizado, com frequência, para caracterizar o conjunto de deficiências, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. No entanto, não são essas alterações que caracterizam a deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades dessas pessoas.”(BRASIL,2006,p.11)

Para o desenvolvimento desse trabalho, foi colocado como objeto de estudo, pessoas acometidas de Deficiência, principalmente os “cadeirantes” os quais foram observados durante sua locomoção pelos mais diversificados lugares da cidade de Teófilo Otoni.

Assim espera-se, que ao final desse trabalho, todo o conteúdo aqui exposto venha ajudar na erradicação das dificuldades enfrentadas por esses portadores de necessidades especiais, assim como minimizar as dificuldades apresentadas pelos cadeirantes no seu convívio diário com pessoas de diferentes segmentos da sociedade.

“a trajetória do indivíduo com deficiência é marcada por preconceitos e lutas em favor do direito à cidadania, de acordo com cada cultura dentro das sociedades”. Ao longo da história da humanidade, a representação da pessoa com deficiência foi influenciada pela cultura da sociedade vigente em diversos períodos, passando por fases de respeito, abandono, extermínio, castigo, escravidão, segregação, integração e inclusão. Fernandes (2011, p.133)

1.1 Objetivos

Propor formas de intervenções e desenvolver estratégias que promovam às pessoas portadoras de necessidades especiais, principalmente aos cadeirantes, inseridas na sociedade local da cidade de Teófilo Otoni, maior acessibilidade aos diferentes espaços de forma a tornar as suas atividades diárias menos penosas e, conseqüentemente desenvolver uma melhor interação com as demais pessoas envolvidas no seu universo.

1.2 Objetivo Específicos

Os objetivos a serem seguidos será analisar os passeios na área central da cidade, especificadamente pretende-se:

- Detectar as principais necessidades que envolvem pessoa portadora de necessidade especial pelos ambientes de Teófilo Otoni.
- Caracterizar como essas necessidades se tornam entraves e influenciam durante o desempenho das atividades cotidianas do cadeirante.
- Analisar os fatores, buscando formas de promover uma melhor inclusão dessas pessoas na execução das diferentes atividades diárias.
- Elaborar estratégias que minimizem as necessidades que envolvem a as pessoas cadeirantes.
- Caracterizar como essas estratégias se tornarão facilitadoras na transposição de barreiras durante o processo de inclusão social.
- Analisar como as intervenções propostas podem contribuir na promoção da inclusão dessas pessoas na execução das diferentes atividades na sua rotina.

2. Revisão da Literatura

2.1 Fundamentação Teórica Sobre O Termo Deficiência

Em todas as sociedades sempre existiram pessoas com algum tipo de deficiência física, sensorial ou mental, cujas causas e conseqüências costumavam ser agravadas em decorrência do perfil de desenvolvimento econômico, político e cultural de cada sociedade. O tratamento dispensado a estas pessoas evoluiu dos cuidados primários e do confinamento em instituições de caridade ao reconhecimento do direito à educação, reabilitação, seguridade social, trabalho, transporte, lazer e cultura. Ao longo dos dois últimos séculos pôde-se observar uma significativa mudança em vários aspectos das condições gerais de vida, bem como das políticas sociais, educacionais e econômicas.

Ao lado dos avanços é possível encontrar fenômenos culturais como ignorância, abandono, superstições, marginalização e exclusão das pessoas com deficiência, retardando ou impedindo seu pleno desenvolvimento e exercício de cidadania. Mazzota (2006)

Os investimentos na organização de serviços e programas de atenção às necessidades individuais específicas desta coletividade têm sido insuficientes e inadequados registrando-se em diferentes segmentos como: teológico, metafísico, médico-psicológico, educacional e inclusivo.

A construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa pela aceitação dos diferentes contextos apresentados na interação entre as pessoas ou na sua individualidade na forma de agir enquanto integrante da sociedade.

A deficiência se expressa nos indivíduos sob diferentes formas, mas o certo é que ainda há uma certa discriminação em relação às pessoas com qualquer tipo de necessidade especial. Com o objetivo de destacar e analisar o universo vivido por essas pessoas fez-se a necessidade de elaborar um trabalho voltado a direcionar um olhar mais atencioso à essa questão e desenvolver estratégias que porventura viessem a auxiliar na proposta de elaboração de atividades do cotidiano principalmente daqueles que devido à deficiência é obrigado a usar cadeira de rodas no seu dia a dia.

No Brasil, a inclusão social, tem se tornado um tema bastante discutido, causando inquietações em pesquisadores e profissionais de diferentes áreas, tornando-se assim um tema importante como objeto de estudo.

Sendo assim, é de extrema importância o estudo no sentido de aprofundar no assunto que envolve a locomoção dos cadeirantes na cidade de Teófilo Otoni, pois observa-se que aqueles que tem esse quadro de deficiência não apresentam um rendimento satisfatório na elaboração de suas atividades básicas cotidianas, pois, as mesmas têm apresentado dificuldades em exercer o seu direito de ir e vir, já que o seu acesso aos diferentes ambientes fica muito limitado devido à falta de estrutura que oportunize uma locomoção de modo satisfatório pelas ruas da cidade.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (Constituição 1988)

Assim sendo, esse trabalho visa inteirar sobre o assunto, a fim de analisar, entender e auxiliar no que se refere à relação desses indivíduos com o mundo que os rodeiam e como eles interagem para se tornarem um ser humano global, isto é, um cidadão inserido na sociedade, essa é a proposta central desse

trabalho, que ainda tem o objetivo de contribuir e até embasar novas propostas ou políticas que venham a serem desenvolvidas para atender a esse público que às vezes parece invisível aos olhos da grande maioria das pessoas.

2.2 Aspectos da cidade de Teófilo Otoni

Teófilo Otoni é um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. Localiza-se no vale do Mucuri, a nordeste da capital do estado, distando desta cerca de 450 km. Ocupa uma área de 3 242,27 km², sendo que 19,62 km² estão em perímetro urbano. Sua população foi estimada em 141 934 habitantes em julho de 2017, sendo então o 18º mais populoso do estado.

A região começou a ser desbravada no decorrer do século XVI, em expedições que visavam a encontrar ouro e diamante na região, porém somente em 1853 é que chega ao lugar a chamada "Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri", que tinha objetivo de povoar o vale do Mucuri e era comandada por Theophilo Benedicto Otoni. Este fundou o núcleo pioneiro à margem do rio Todos os Santos no dia 7 de setembro daquele ano. Tendo recebido uma considerável quantidade de imigrantes, principalmente alemães, com o passar do tempo o município descobriu sua vocação econômica para a exploração de pedras preciosas, sendo considerada hoje a "Capital Mundial das Pedras Preciosas".

O relevo do município de Teófilo Otoni é predominantemente montanhoso. Aproximadamente 60 % do território teófilo-otonense é coberto por morros e montanhas, enquanto em cerca de 30 % há o predomínio de terrenos ondulados, e os 10 % restantes são lugares planos.

Diante do mapa geográfico da cidade de Teófilo Otoni e os seus diferentes aspectos, pode-se concluir que se não houver um trabalho de infraestrutura voltado a atender as pessoas cadeirantes não há como promover uma acessibilidade que proporcione uma vida com autonomia, segurança, lazer, liberdade e melhores condições de vida a todos, independente de suas limitações físicas deste modo faz-se a necessidade de conhecer a realidade vivenciada pelos cadeirantes no seu dia a dia pelas ruas da cidade.

Esse trabalho tem exatamente a finalidade de abordar os problemas gerados pela inacessibilidade nas ruas de Teófilo Otoni e como isso afeta a não participação dos cadeirantes em muitos eventos e espaços da cidade. Para alcançar os objetivos propostos foi feita primeiramente uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de dar suporte teórico para a temática, posteriormente foi feita observação das principais ruas da cidade para verificar a existência ou não da

acessibilidade nas mesmas, durante as observações foi feito o registro fotográfico das barreiras e obstáculos que se apresentam como entrave na execução das atividades rotineiras das pessoas que de alguma forma necessita de meios á uma locomoção plena, para isso, observa-se a necessidade de melhorias em lugares públicos e privados.

3. Metodologia

Na dinâmica para a elaboração desse trabalho, a priore foi buscar fundamentação através de pesquisas a artigos publicados, monografias, revistas, entrevistas e diálogos, tanto como cadeirantes que se locomovem cotidianamente pelas ruas da cidade como também aos acompanhantes daqueles que precisam de uma ajuda extra para se locomoverem. Em todos os relatos colhidos e observados, houve a exposição de situações e experiências desagradáveis vividas pelos portadores de necessidades especiais ou por aqueles que os acompanham.

No contexto que engloba a cidade de Teófilo Otoni é fácil perceber que as influências geográficas naturais já apresentam inúmeras dificuldades à todos que dependem de um auxílio ou de uma boa agilidade para transitar de modo confortável pelas ruas. Levando todas essas características em consideração, o estudo da problemática foi colocado de forma centralizada nas maiores vias de movimentação da cidade com o intuito de vivenciar as dificuldades enfrentadas diariamente pelas pessoas com deficiência.

4. Resultados e Discussão

4.1 Acessibilidade como direito de ir e vir

Acessibilidade “é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço mobiliário equipamentos urbanos e elementos”. O acesso seguro e independente é um direito de qualquer cidadão, pois todos têm o direito de viver livre. (ABNT 2004 /Constituição Federal (1988).

De acordo com as pesquisas realizadas junto à secretaria que trata de assuntos relacionados à infraestrutura urbana, existem políticas voltadas para as adaptações necessárias nas principais vias da cidade para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência, há projetos que prevê o rebaixamento das calçadas ou construção de rampas para locomoção dos deficientes cadeirantes, proteção para que esses lugares estejam sempre a disposição dos usuários, usando sinalizações para que outros não dificultem o acesso, demarcação de locais exclusivos para estacionamento de cadeirantes, assim como outras medidas que ajudarão a sanar o problema.

Mas é importante considerar que a acessibilidade não se restringe apenas a rebaixamento das calçadas, construção de rampas para locomoção dos deficientes-cadeirantes, uso de sinalizações ou demarcação de locais exclusivos para estacionamento de cadeirantes, é preciso que se tenha consciência de que a acessibilidade vai além da construção de rampas e o rebaixamento das calçadas, abrange outras áreas como a comunicação, ensino, trabalho, lazer etc.

“acessibilidade é vista como um meio de possibilitar a participação das pessoas nas atividades cotidianas que ocorrem no espaço construído, com segurança, autonomia e conforto”.

Moraes (2007.p, 29)

Assim, se faz necessária a elaboração de políticas públicas voltadas verdadeiramente para atender essa parcela da população que é, na maioria das vezes, esquecida pela sociedade, desfavorecida em exercer seus direitos mínimos com a dignidade característica da pessoa humana.

4.2 Reflexão sobre o termo: Política Social

Políticas públicas são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem estar da população.

Além desses direitos, outros que não estejam na lei podem vir a ser garantidos através de uma política pública. Isso pode acontecer com direitos que, com o passar do tempo, sejam identificados como uma necessidade da sociedade.

O planejamento, a criação e a execução dessas políticas é feito em um trabalho em conjunto dos três Poderes que formam o Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Poder Legislativo ou o Executivo podem propor políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida. Já o Judiciário faz o controle da lei criada e confirma se ela é adequada para cumprir o objetivo.

No que se refere à política de inclusão da pessoa com deficiência e observando toda a legislação vigente, verifica-se que foi iniciado um movimento em 1954 no município do Rio de Janeiro voltado a atender a pessoa com deficiência, movimento este conhecido por APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Trata-se de um Movimento iniciado em decorrência da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo

diplomático norte americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. Instigados por Beatrice Bemis, um conjunto de pessoas composto por pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou-se a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil. A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil (SALABERY, 2007). Pela primeira vez no Brasil, discutia-se a questão da pessoa portadora de deficiência com um grupo de famílias que trazia para o movimento suas experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, também como técnicos na área.

Na década de 1990 houve a configuração de uma nova forma de regulação social no campo das políticas sociais. Forma esta que mantém e manteve uma relação orgânica com políticas de ajustes econômicos impostas pelos organismos multilaterais de financiamento. Este trabalho trata da política de assistência social no Brasil, em que seu desenvolvimento foi determinado pelas políticas de ajuste neoliberal e pela centralidade da assistencialização e da focalização nas suas formas operativas.

Refletindo sobre os termos, Deficiência e inclusão, e arremetendo-se contexto que envolve a educação, pode-se observar o Decreto nº 6.571 e ao Decreto nº 6253, de 13 de 2007 que enfoca o atendimento educacional especializado, isso é importante porque por meio desse decreto, o Presidente da República estabeleceu normas que obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Para realizar esse tipo de atendimento de acordo com o decreto citado acima, as escolas devem passar por adaptações como construção de rampas de acesso aos diferentes ambientes, elevadores, salas de recursos multifuncionais dotadas de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos estrategicamente desenvolvidos para a oferta do atendimento educacional especializado, com a produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluindo livros didáticos e paradidáticos.

Assim, considerando o contexto histórico e a dinâmica de criação e execução das políticas sociais, principalmente às voltadas para a área de inclusão, não se pode assumir uma postura de descrédito, mas sim ter uma clareza de seus desafios e reconhecer sua validade no questionamento das relações sociais postas pela sociedade capitalista. É com esta compreensão que se precisa avançar na elaboração de novas políticas e novos projetos que venham a atender essa

parcela da sociedade que se apresenta como menos favorecida devido à sua capacidade diferenciada.

Para Piaget a inteligência do indivíduo se dá como adaptação a situações novas, portanto, está relacionada com a complexidade desta interação do indivíduo com o meio.

“A inteligência humana representa uma forma de adaptação biológica do mesmo modo como o organismo e o meio se adaptam um ao outro no terreno biológico, também no terreno psicológico, o processo de conhecimentos e os objetos a serem conhecidos, adaptam-se uns aos outros. A maneira atual como é vista a deficiência é consequência do momento histórico e da sociedade através de sua própria evolução.” (Piaget, 1976 apud Freitas, 2000, p.64)

4.3 Atividades e/ou estratégias desenvolvidas

Desenvolver políticas públicas voltadas a atender a pessoa com deficiência, é criar meios para que ela possa exercer sua cidadania plena, assegurar os seus direitos de cidadão, nesse aspecto, a acessibilidade é um dos fatores fundamentais para permitir a participação e a inclusão das pessoas com deficiência nas atividades cotidianas com segurança, autonomia e respeito as suas limitações.

Como foi mencionada anteriormente, a locomoção dos cadeirantes pelas ruas de Teófilo Otoni é feita de forma precária e penosa, pois a falta de infraestrutura que forneça meios para promover uma ampla acessibilidade ainda está longe de atingir um nível satisfatório, até mesmo o simples ato de transitar pelas calçadas não oferece segurança, pois essas se encontram, em muitos lugares, quebradas, fragmentadas, desniveladas ou inexistem, sendo assim a acessibilidade das pessoas cadeirantes a muitos lugares somente acontece com o auxílio de outras pessoas ou acompanhantes que precisam fazer verdadeiros malabarismos para levar os cadeirantes aos lugares por ele desejados, como mostra na foto a seguir.

Foto 1 – Passeio depredado na rua central de Teófilo Otoni



Fonte: Hyorrann Miranda Teles (2021).

4.4 Obstáculos que dificultam a Acessibilidade na cidade de Teófilo Otoni

- Ruas e passeios estão em condições precárias que dificultam a realização de atividades pelas pessoas cadeirantes;
- Falta de coleta de lixo adequada nos diferentes, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida;
- Reforma de calçadas e ruas sem planejamento que favoreça a acessibilidade.
- Comércio de ambulantes e camelôs que ocupam espaços inadequados.
- Escavações de buracos que raramente são aterrados e pavimentados corretamente.
- Falta de políticas públicas e obras que atendam as pessoas deficientes.

“não se pode dizer que acessibilidade seja o único determinante do valor de uma localidade, mas certamente é um dos mais importantes”. Lima (1998)

Diante a tantos fatores que se apresentam como entraves à promoção da acessibilidade, ao Circular pelas ruas de Teófilo Otoni, ainda se pode observar que apesar das alegações e justificativas dos órgãos encarregados de promover a acessibilidade, o que realmente fica evidente é o descaso na promoção de políticas e serviços voltados ao atendimento às necessidades da pessoa com deficiência, principalmente os cadeirantes, já que as condições das ruas e passeios estão em condições precárias o que dificulta o ir e vir de veículos e

pedestres, a realidade aponta a dificuldade para conseguir circular com segurança e autonomia pelas ruas de cidade, considerando que os obstáculos se apresentam a todo o momento em forma de lixo espalhado pelas ruas, praças e jardins, calçadas com elevações monstruosas que impossibilita a subida ou descida de uma cadeira de rodas, mesas e cadeiras de bares espalhadas pelas calçadas interditando a circulação de pessoas, bancas de comércio de ambulantes e camelôs que ocupam espaços inadequados, além de muitos buracos nas ruas que são abertos com pretextos de manutenção pelas empresas de água e esgoto, ou até mesmo feitos pela prefeitura para prestar algum serviço, mas os mesmos nunca são aterrados e pavimentados de modo correto e adequado a locomoção dos carros e pedestres, o que se torna humanamente impossível para os cadeirantes, segue a foto.

Foto 2 - Desníveis que podem comprometer o equilíbrio



Fonte: Hyorrann Miranda Teles (2021).

O termo “Acessibilidade” se caracteriza como fator essencial ao exercício da dignidade humana, e em Teófilo Otoni, como na maioria das outras cidades, os cadeirantes são privados de exercerem tal direito, pois as barreiras e os desafios enfrentados por esses quando precisam sair de casa são constantes. A cidade de Teófilo Otoni vive momentos conturbados, como todas as outras cidades no Brasil, considerando a crise econômica vivida pelo país, isso faz com que o processo de transformações do espaço geográfico através de medidas preventivas como coleta de lixo, reestruturação de calçadas e passeios, revigoração de praças e jardins, fiscalização das construções casas, praças, ruas de forma planejada para que atenda melhor a população local fique comprometido.

Assim sendo, segundo os órgãos competentes pela elaboração de políticas e

serviços voltados para essa área, a cidade deve desenvolver novas estratégias para atender a necessidade de remodelização dos ambientes buscando implementar estruturas adequadas ou adaptadas para uma maior acessibilidade dos cadeirantes pelos diversos locais da cidade.

Assegurar a inclusão dos deficientes-cadeirantes ofertando uma qualidade de vida digna é um dever dos poderes públicos, mas a sociedade tem papel fundamental nesse processo, pois a ela não só compete cobrar e fiscalizar a realização de políticas que atenda aos portadores de necessidades especiais, mas conscientizar que é dever de todos, assim cada indivíduo deve fazer sua parte contribuindo para a promoção da independência e autonomia da pessoa portadora de deficiência.

Portanto, para alcançar metas e objetivos cuja prioridade é a qualidade de vida de todos os cidadãos e principalmente das pessoas com deficiência, faz-se necessário que os ambientes sejam planejados facilitando o ir e vir e permitindo o exercício pleno da cidadania, os espaços e serviços devem oferecer condições de segurança autonomia e conforto para o bem estar de todos. Portanto, acessibilidade assegura o acesso à saúde, ao trabalho, lazer e a inclusão com facilidade de locomoção e segurança para chegar ao local determinado com autonomia.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) revelam que cerca de 10.357 pessoas da população residente tem mobilidade reduzida, sendo 605 pessoas não consegue de modo algum andar, 2.660 tem grande dificuldade e 7.092 alguma dificuldade.

Sobre o conceito de inclusão Sasaki (2005, p.21) diz que: [...] a inclusão consiste em adequar os sistemas gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía[m] certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluída[s]. [...] a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independente de suas diferenças individuais e das origens na diversidade humana.

Assim, pode-se concluir que é somente através da inclusão que os cadeirantes se sentirão cada vez mais motivados, buscando realizar suas atividades com mais desempenho, pois à medida que a acessibilidade seja a eles oportunizada de forma plena sentirão segurança de se locomoverem e a qualquer lugar.

Nesse contexto, pode-se afirmar que quando os equipamentos públicos e privados são adaptados oferecendo oportunidades iguais, tornando mais confortável a vida de quem mais precisa, é possível que todos os cidadãos sintam-se fazer parte realmente da sociedade.

“É fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas incluindo portadores de deficiência possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos”. Sasaki (1999, p. 41)

Quando todo cidadão faz seu papel como integrante de um grupo que se preocupa com o seu semelhante e de alguma forma contribui para que aconteça a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade mostra de somos capazes de aceitar as diferenças, e assim, trabalhando juntos somos capazes de vencer as diferenças reduzindo os preconceitos possibilitando a igualdade.

“a necessidade de inclusão social é um sinal da presença de excluídos, ou seja, pessoas que não possuem acesso aos direitos que pertencem a todos a educação, saúde, transporte, trabalho, cultura, lazer e esporte”. Neri (2003)

O contexto histórico sobre a inclusão de pessoas com deficiências, passou da marginalização para o assistencialismo e deste para educação, reabilitação, integração social e mais recentemente para inclusão social. Mazzotta (1999).

A Inclusão social proporciona a igualdade e é uma necessidade de todos os cidadãos independente de suas limitações, garante a cidadania plena e igual para todos. Através da inclusão social a vida ganha sentido para aqueles que já foram privados de tantas outras coisas.

5. Conclusão

Quando todo cidadão faz seu papel como integrante de um grupo que se preocupa com o seu semelhante e de alguma forma contribui para que aconteça a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade mostra de somos capazes de aceitar as diferenças, e assim, trabalhando juntos somos capazes de vencer as diferenças reduzindo os preconceitos possibilitando a igualdade.

Durante toda a trajetória percorrida na confecção desse trabalho e com base nas pesquisas e observações realizadas, pode-se constatar que a deficiência é um termo até hoje discutido pelos pensadores, pesquisadores, professores, e demais profissionais, Haja vista, que é considerada como uma variante instável, pois o seu quadro pode ser apresentado por diversas limitações podendo ser adquirida ou congênita. Ao aprofundar cada vez mais na pesquisa, percebe-se um mistério, um saber a ser desvelado e estudado sobre a forma de pensar e a aquisição da autonomia e liberdade de locomoção dos cadeirantes, o quê exige uma atenção maior para que possa interagir e conviver com suas ansiedades, suas angústias, seu sucesso e suas aspirações desfeitas pelos obstáculos que os privam de

acessar seus objetivos.

O contato com todos os envolvidos e as observações realizadas foi primordial para o desenvolvimento desse trabalho. O contexto vivenciado pelas ruas e ambientes da cidade foi muito enriquecedor, permitindo conhecer um pouco das dificuldades das pessoas cadeirantes durante à sua locomoção pelos diversos locais.. Foi também interessante entender como é o atendimento e o direcionamento das políticas públicas e serviços direcionados a atender essas pessoas. Mas o que é considerado mais estimulante e entusiasmador na continuidade de realização desse trabalho, foi a observação direta dessas pessoas. Delas, pode-se observar a sua perseverança, o seu otimismo e outras peculiaridades e, isso foi muito satisfatório, pois o pensamento de cada uma dessas pessoas que parecem prisioneiras de uma cadeira de rodas, se apresenta como uma surpresa, diante tanta energia e alegria de viver.

Ainda, pode-se constatar que a inclusão propriamente dita não se resume na tentativa de inserir essas pessoas no ambiente limitado das cidades em que vivem, mas sim, a forma de proporcionar-lhe meios que possibilitem seu pleno direito de ir e vir junto às outras pessoas, contemplando de maneira articulada e simultânea as práticas sociais.

Através de todos os processos usados e sob a luz dos referenciais teóricos que se fizeram necessários para o sucesso desse trabalho, ficou mais claro o levantamento das concepções para se ter uma base mais sólida no desenvolvimento das soluções apresentadas através do plano de Atendimento às pessoas com necessidades especiais. As estratégias, as parcerias, os materiais a serem utilizados, os recursos a serem adaptados, o material a ser produzido, e observar que tudo isso pode ser discutido com as pessoas que integram a sociedade local para que se proporcionar a acessibilidade plena a tudo que é de direito às pessoas com necessidades especiais.

Este estudo teve ainda, como objetivo, mostrar que todo cidadão participante de qualquer segmento social, mesmo que seja acometido de qualquer limitação, tem o mesmo direito de todos os outros indivíduos, sendo obrigação de todos, oferecer a ele caminhos que levem à uma inclusão com o meio social de forma plena, onde deve ser respeitado, independentemente das dificuldades ou deficiências. A inclusão Social é um direito de todos aqueles que se encontra em uma situação desfavorável, assim sendo, é dever de todos, estado, família e sociedade, promover a inclusão visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para exercer e desenvolver atividades voltadas à sua autonomia e independência.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: *Acessibilidade à edificação, mobiliário, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília. DF, 1988

BRASIL. LEI nº 10.098, de 19/12/2000. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000. ONU. Declaração de Direitos

COHEN, R. *Afeto e lugar: A construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção*. In Seminário Acessibilidade no Cotidiano. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE, 2010. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/teofilootoni/pesquisa/23/23612?detalhes=tre>. Acessado em 21, Outubro 2021.

LIMA, Renato. S. *Expansão Urbana e Acessibilidade- O Caso das Cidades Brasileiras*. Dissertação apresentada á Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, Dezembro, 1998.

MAZZOTTA, Marcos. *Educação especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, Flávio Otávio de Oliveira. *Deficiências: mitos e preconceitos*. São Paulo: Mercado Aberto, 2006.

ONU. *Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes*. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. 09 dez 1975.

Oliveira Lima, Lauro. *A construção do homem segundo Piaget: (uma teoria da educação)*. Vol. 18. Grupo Editorial Summus, 1984.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 5.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

TAVARES, Mariana Mello. *Educação inclusiva: outros caminhos*. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.

VIEIRA, João José de. *Deficiências e inclusão escolar*. São Paulo: Nacional, 2005.